

ECONOMIA CRIATIVA,
CULTURA E POLÍTICAS
PÚBLICAS

LEANDRO VALIATI
GUSTAVO MOLLER
ORGANIZADORES

ECONOMIA CRIATIVA,
CULTURA E POLÍTICAS
PÚBLICAS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

Naira Maria Balzaretti

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel De-
marco, Fabiano Engelmann, Hélio Henkin,
Leandro Valiati, Lúcia Mury Scalco, Luis
Gustavo Mello Grohmann, Marcelo Soares
Pimenta, Marília Patta Ramos, Vanessa
Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,
Marco Cepik

ECONOMIA CRIATIVA,
CULTURA E POLÍTICAS
PÚBLICAS

LEANDRO VALIATI
GUSTAVO MOLLER
ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV Capacidade Estatal e Democracia

Revisão: Alexandre Piffero Spohr

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos
Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Diagramação: Luiza Allgayer, Marina de Moraes Alvarez

Capa: Joana Oliveira de Oliveira

Foto da Capa: Luiza Allgayer, Marina de Moraes Alvarez

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Capacidade Estatal e Democracia são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

E19 Economia criativa, cultura e políticas públicas [recurso eletrônico] / organizadores Leandro Valiati [e] Gustavo Moller. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

304 p. : pdf

(CEGOV Capacidade Estatal e Democracia)

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Economia. 2. Economia criativa. 3. Economia da cultura. 4. Empreendimentos culturais. 6. Indústrias criativas. 7. Cultura - Políticas públicas. I. Valiati, Leandro. II. Moller, Gustavo. III. Série.

CDU 316.7:33

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0484-6

CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE ECONOMIA CRIATIVA APOIADOS PELO MINC¹:

RONALDO HERRLEIN JR

Doutor em Economia, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS. E-mail: ronaldoh@ufrgs.br.

ANA LÚCIA TATSCH

Doutora em Economia, professora do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS. E-mail: ana.tatsch@ufrgs.br.

(1) Os autores agradecem a colaboração da bolsista Marina Caregnato Garcia, acadêmica de Ciências Econômicas, que trabalhou na organização das informações dos Planos de Desenvolvimento e na realização das entrevistas junto aos responsáveis pela governança dos APLs.

INTRODUÇÃO

Em 2013, o Ministério da Cultura (MinC), por meio de sua Secretaria da Economia Criativa (SEC), e em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), estabeleceu uma política de desenvolvimento territorial visando apoiar arranjos produtivos locais (APLs) de economia criativa. Por meio de um edital convidou arranjos de economia criativa a se candidatarem a receber apoio à sua governança por meio de consultoria para a formulação de um Plano de Desenvolvimento (PD), custeada pelos ministérios. Foram selecionados 27 APLs de economia criativa, espalhados por 20 Estados brasileiros, que receberam as visitas dos consultores da Fundação Vanzolini para elaboração de seus respectivos PDs. Em novembro de 2014, num evento em Brasília, os 27 PDs foram oficialmente apresentados, contemplando ações que já se iniciavam desde o começo do segundo semestre daquele ano e projetando a maior parte dos resultados para 2015 e 2016. A partir de 2015, a SEC do MinC estabeleceu convênio com o Observatório de Economia Criativa (Obec) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para realizar um conjunto de pesquisas, dentre as quais aquela que relatamos neste capítulo. A pesquisa tratou de acompanhar e avaliar a implementação dessa política de desenvolvimento territorial, por meio do monitoramento da execução dos PDs dos 27 APLs intensivos em cultura.

44

O primeiro passo da pesquisa, apresentado na segunda seção a seguir, foi o estudo dos planos de desenvolvimento para obter uma caracterização geral dos APLs e uma sistematização das ações e resultados previstos nos planos. Também observou-se a indicação das fontes de custeio e financiamento das ações previstas.

O segundo passo da pesquisa, objeto da seção três, consistiu na atividade de acompanhamento propriamente dita, por meio de contatos e entrevistas telefônicas com os agentes responsáveis pela governança dos APLs. Embora os planos ainda estivessem em período de realização no segundo semestre de 2015, quando da realização das entrevistas, grande parte das ações e boa parte dos resultados já estavam previstos para estarem cumpridos ou em fase de execução. As entrevistas tinham, portanto, um caráter preliminar, presumindo-se que seria possível dar sequência à atividade de acompanhamento nos semestres seguintes. Contudo, a desativação da SEC e a adoção de novas diretrizes de política pelo MinC restringiram o plano original da pesquisa, que acompanhou a evolução dos APLs somente até o final de 2015. A terceira seção traz um balanço das informações reveladas nessas entrevistas, indicando as dificuldades, os empecilhos e as realizações com que os diversos APLs se defrontaram ao buscar a implantação de seus PDs. Dessa forma, foi possível avaliar em que medida houve adesão às diretrizes dos planos e o grau de realização das ações e resultados. Além dessa introdução e das seções referidas, o artigo apresenta na seção quatro algumas considerações finais.

CARACTERÍSTICAS DOS APLS E DE SEUS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, apresentamos uma síntese das características dos APLs apoiados pelo MinC por meio do edital que proporcionou o apoio técnico na formulação dos PDs. No anexo 1, é apresentada a lista completa dos APLs em pauta, com seu número de identificação. As informações foram todas extraídas dos próprios planos. Cada plano apresentava o histórico e as características do APL em questão, os desafios e oportunidades do arranjo, as ações a serem implementadas, suas fontes de custeio e/ou financiamento, os instrumentos para acompanhamento e avaliação, os resultados esperados, e os indicadores de resultado.

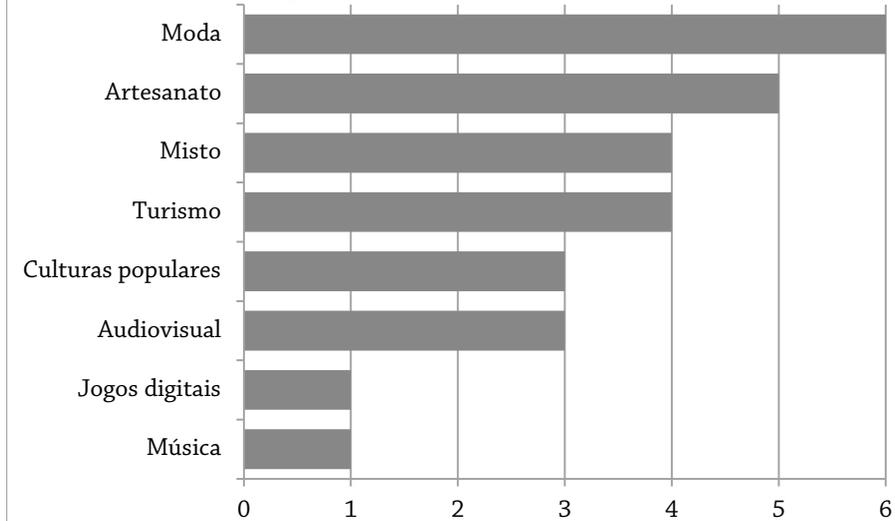
Tabela 1. Distribuição dos Estados da federação segundo o número de APLs

Nº DE APLS	ESTADOS	Nº DE ESTADOS
0	AC, SC, RR, PI, AP, MA, PB	7
1	RN, PE, AL, SE, BA, ES, PR, RS, DF, MS, MT, RO, AM, PA, TO	15
2	RJ, SP, GO	3
3	CE, MG	2

Fonte: Cegov (2015a).

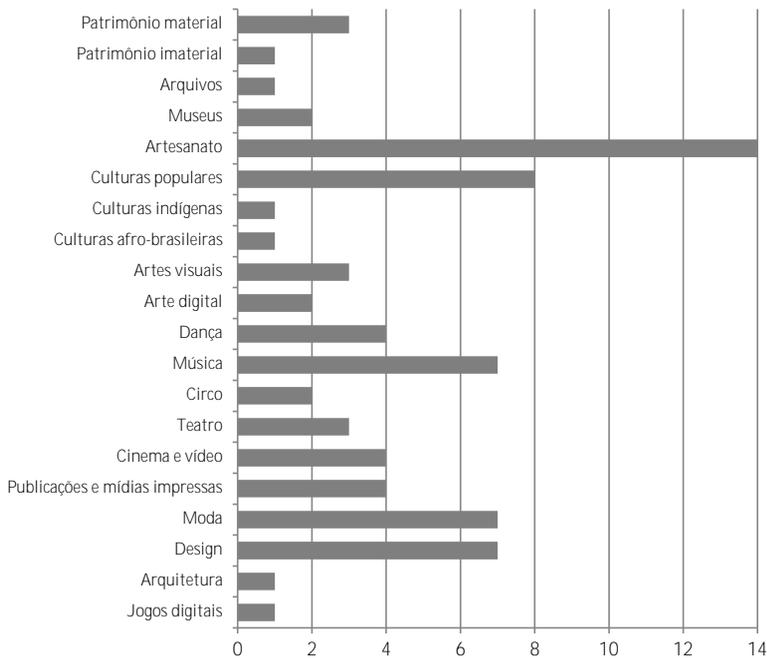
Conforme a Tabela 1, os 27 APLs estavam desigualmente distribuídos entre os estados brasileiros, presentes em 20 estados, com a exclusão de sete estados e a presença de dois ou três APLs em cinco estados. Em média, cada APLs abrangia o território de oito cidades, e apenas sete deles abrangiam apenas uma cidade. No conjunto, os APLs atingiam 217 cidades. A grande maioria dos APLs (18) situava-se em meio urbano, dentre os quais 13 em regiões metropolitanas. Seis estavam em meio híbrido (urbano e rural), e apenas três no meio rural.

Gráfico 1. Número de APLs segundo o setor econômico principal



Fonte: Cegov (2015a).

Gráfico 2. Número de APLs segundo os setores criativos (MinC) declarados nos seus planos (um ou mais)



Fonte: Cegov (2015a).

Os Gráficos 1 e 2 evidenciam a diversidade de atividades e setores criativos em que se inseriam os APLs apoiados. Considerando o setor econômico principal, nota-se que seis arranjos pertenciam ao setor econômico da moda, cinco ao do artesanato, quatro ao do turismo cultural, três ao do audiovisual, três ao da cultura popular, um ao dos jogos digitais, um ao da música, e finalmente outros quatro arranjos possuíam característica mista, realizando atividades diversas. Considerando-se todos os setores criativos das atividades dos APLs, o artesanato ganha ainda maior destaque, sobressaindo-se também as culturas populares.

Vinculados a esses diversos setores, os APLs realizavam suas atividades de produção e comércio em diferentes contextos econômicos, conforme a situação dos mercados em que operam. Tais condições são apresentadas, em maior ou menor grau, nas narrativas dos PDs, permitindo uma avaliação genérica da situação econômica dos setores/territórios em que atuam os arranjos. A grande maioria dos setores em que atuavam os APLs encontrava-se em 2014 em situação estável (15) ou em crescimento (7). Contudo, cinco APLs organizavam-se para enfrentar alguma situação específica de dificuldade ou declínio econômico.¹

Tabela 2. Distribuição dos APLs segundo sua abrangência de mercado

ABRANGÊNCIA DE MERCADO	APLS	Nº DE APLS
Local regional	05, 06, 07, 08, 10, 12, 13, 14, 17, 18, 19,20, 25, 27	14
Regional nacional	01, 02, 03, 04, 09, 22, 23, 24, 26	9
Nacional internacional	11, 15, 16, 21	4
Total		27

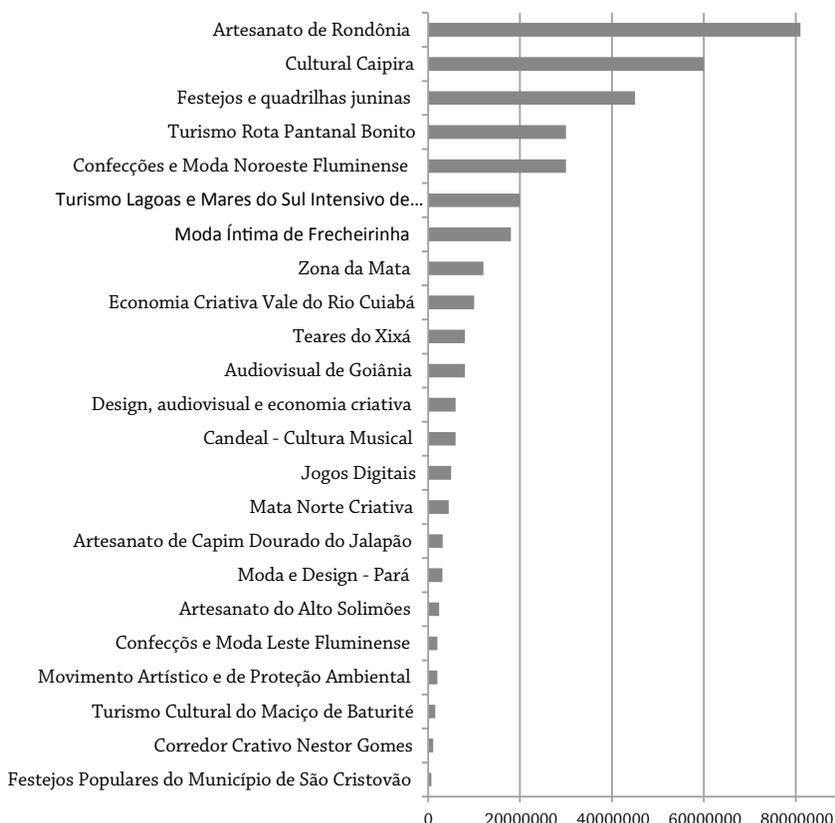
Fonte: Cegov (2015a).

Para classificar o alcance de mercado dos produtos e serviços dos APLs, utilizamos categorias de transição, pois geralmente ocorre algum transbordamento dos níveis de alcance de mercado, e seria inconveniente utilizar categorias puras, que implicariam um enquadramento dúplice para vários APLs. Conforme a Tabela 2, constata-se que a maioria dos APLs (14) tem alcance de mercado entre local e regional, e somente quatro APLs possuem alcance de mercado que ultrapassa as fronteiras nacionais (ver Anexo 1 para identificação dos APLs).

(1) Era o caso dos APLs- Artesanato de Capim Dourado do Jalapão – TO, Marca Brasília – DF, Gemas e Artefatos de Pedra de Teófilo Otoni – MG, Festejos Populares do Município de São Cristóvão – SE e Confecções e Moda Leste Fluminense – RJ.

O faturamento total anual dos APLs foi estimado em valores de 2014, alcançando 1,54 bilhão de reais. O número total de ocupações, existentes ou potenciais, vinculadas às atividades econômicas dos APLs foi estimado em 105,8 mil. Existe uma grande disparidade entre os APLs quanto às estimativas de faturamento anual e de geração de postos de ocupação produtiva, devido à grande diversidade setorial e de escala de negócios e a utilização de diferentes parâmetros para realizar essas estimativas. O Gráfico 3 evidencia a disparidade, em que o maior faturamento corresponde a 112 vezes o menor, mesmo excluindo os três APLs de maior faturamento (com valores que atingem 600, 430 e 150 milhões de reais). O menor faturamento alcança apenas 720 mil reais. Os dois maiores faturamentos estimados correspondem a APLs de uma escala desproporcional em relação aos demais, enquanto arranjos de negócios.

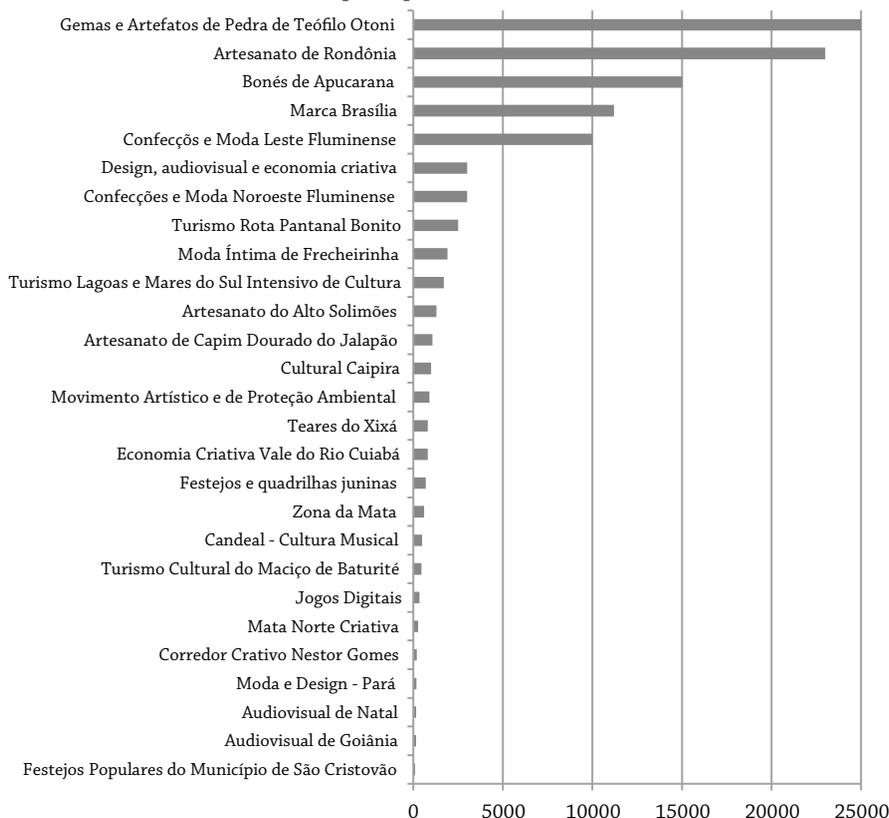
Gráfico 3. Faturamento anual estimado dos APLs com faturamento inferior a R\$ 100 mil (2014)



Fonte: CEGOV (2015a).

A disparidade de escala econômica entre os APLs também se expressa nas estimativas dos postos de ocupação produtiva, que variam entre 95 e 25.000, conforme o Gráfico 4. Contudo, há apenas uma correspondência aproximada entre os APLs de maior faturamento e os de maior geração de postos de ocupação.

Gráfico 4. Número estimado de ocupados por APL



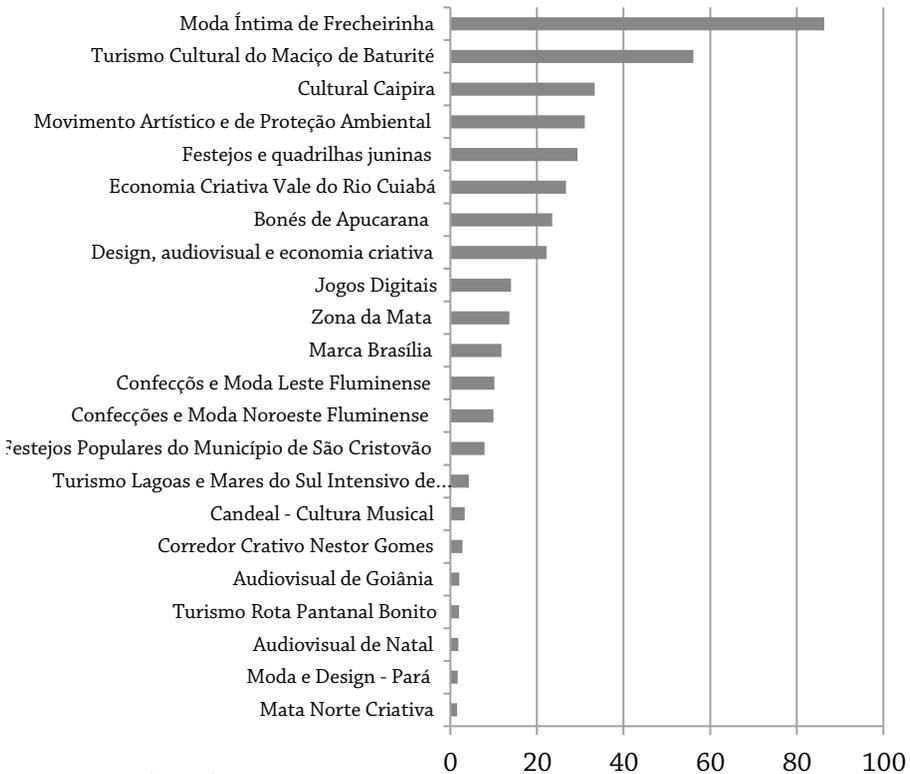
Fonte: Cegov (2015a).

O Gráfico 5 aponta a escala dos empreendimentos que compõem os APLs, tomando como referência o número médio de ocupados por empreendimento. Mesmo excluindo-se os APLs centrados no artesanato, restam nove APLs com tamanho médio dos empreendimentos inferior a 10 ocupados, sete deles com menos de quatro. Nota-se que mesmo nos APLs com maiores tamanhos médios dos empreendimentos, a escala dos mesmos é modesta, não alcançando 100 ocupados.

As características organizativas dos APLs foram avaliadas a partir de quatro aspectos: a) o grau de amadurecimento do arranjo; b) a importância relativa

dos apoios e ajudas recebidos de agentes públicos e privados que não os próprios empreendimentos do APL; c) a incidência da responsabilidade de coordenação e execução das ações planejadas (que pode recair sobre agentes do APL ou externos); e, por fim, d) o caráter da governança do APL. Os dois últimos aspectos buscaram evidenciar o grau de estruturação e autonomia do APL, indicando em que medida os próprios agentes produtivos locais assumiam a linha de frente na execução do PD e na coordenação do arranjo.

Gráfico 5. Número de ocupados por empreendimento dos APLs



Fonte: Cegov (2015a).

Nota: Exclusive APLs que têm artesanato como setor principal.

Conforme os relatórios históricos e atuais contidos nos PDs, os APLs, foram classificados em quatro categorias, que indicam seu grau de amadurecimento.² Conforme indicado na Tabela 3, a maioria dos APLs encontra-se em estágio em-

(2) Embora intuitiva, a classificação adotada está especificada no Anexo 2.

brionário, e o segundo maior contingente encontra-se estabelecido. Há três APLs que são projetos de desenvolvimento, e somente dois encontram-se consolidados.

Na análise dos PDs, observou-se a importância dos apoios e recursos externos para as atividades operacionais dos APLs, quando os mesmos assumem a condição de beneficiário de política pública e/ou de apoio privado. A Tabela 4 considera a origem do recurso ou apoio, evidenciando que a maioria dos APLs tem apoio em recursos da esfera estadual do poder público. Embora menos presente, o apoio das esferas federal e municipal é ao menos tão significativo quanto o apoio privado, quanto ao número de APLs beneficiados.

Tabela 3. Distribuição dos APLs segundo o grau de amadurecimento

GRAU DE AMADURECIMENTO	APLS	Nº DE APLS
Projetado	03, 09, 13	3
Embrionário	01, 04, 05, 06 ,07 ,08 , 11, 12, 14, 17, 18, 19,26	13
Estabelecido	10, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 27	9
Consolidado	02, 20	2
Total		27

Fonte: Cegov (2015a).

Nos PDs, cada ação planejada tem agentes formalmente responsáveis por suas coordenação e execução. A partir de uma análise conjunta dos quesitos coordenação e responsabilidade pela execução identificados para cada ação, as mesmas foram classificadas, conforme consta na Tabela 5. Para o conjunto das 653 ações programadas nos 27 PDs, os agentes locais detêm predominância na responsabilidade pelas ações. Contudo, há uma ampla parcela de ações que está sob comando de agentes externos, que geralmente atuam não só apoiando como também estruturando o próprio arranjo. Isso revela tanto o suporte externo encontrado pelos APLs quanto sua relativa dependência para promover seu desenvolvimento.³

(3) Para obter a mesma informação discriminada por APL, deve-se consultar o respectivo Relatório Técnico I produzido pelo Obec-UFRGS para a SEC-MinC (CEGOV, 2015a).

Tabela 4 – Ocorrência de apoio de política pública ou recurso privado aos APLs

APLS	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	APOIO PRIVADO	NENHUM
01		x			
02		x			
03		x			
04		x			
05	x		x		
06	x		x		
07		x			
08		x			
09					x
10			x		
11					x
12		x	x	x	
13					x
14		x	x		
15		x	x	x	
16		x			
17		x		x	
18		x			
19					x
20					x
21	x	x	x		
22	x	x			
23		x			
24	x	x			
25	x				
26	x	x	x	x	
27					x
Nº de ocorrências	7	17	8	4	6

Fonte: Cegov (2015a).

A identificação da governança nos PDs permitiu avaliar a importância relativa dos agentes locais e externos na sua condução, bem como constatar a presença ou não de agentes públicos na linha de frente dos arranjos. A análise da governança revela as características da coordenação do APL. Como aparece na Tabela 6,

os APLs foram classificados segundo a predominância dos agentes responsáveis pela sua coordenação, conforme a presença indicada na governança estabelecida. A maioria absoluta dos APLs tem governança exercida por agentes locais, embora sete APLs tenham sua governança realizada por agentes públicos, na maioria dos casos externos ao próprio território que abriga o arranjo produtivo.

Tabela 5. Distribuição das ações do PD, segundo a responsabilidade e coordenação para os 27 APLs

RESPONSABILIDADE OU COORDENAÇÃO	PERCENTUAL
Agente local nominado	32%
Agente local institucional público	5%
Agente local institucional privado	29%
Agente local contratado	1%
Agente externo institucional	30%
Agente externo contratado	4%
Total	100%

Fonte: Cegov (2015a).

Tabela 6. Distribuição dos APLs conforme o caráter da sua coordenação

CARÁTER DE COORDENAÇÃO	APLS	Nº DE APLS
Local, agente público central	06, 12	2
Local, capacidade própria	02, 07, 08, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27	17
Externa, agente público	01, 03, 04, 09, 13, 18	6
Externa, agente contratado	05, 19	2
Total		27

Fonte: Cegov (2015a).

Em conformidade com os graus de amadurecimento dos APLs, realizou-se a classificação do caráter do Plano de Desenvolvimento, de acordo com três categorias numa escala crescente de amadurecimento: formação, consolidação, e avançado. Predominam os planos de consolidação de APLs (14), mas há um número expressivo (11) de planos cujo propósito principal é estabelecer realmente um APL em plena operação, enquanto apenas dois possuem caráter avançado, para desenvolver e expandir as atividades.

Os 27 Planos de Desenvolvimento preveem um total de 653 ações com vistas à consecução de 264 resultados. O valor total orçado para essas ações é incompleto, pois várias ações onerosas foram planejadas sem indicação dos valores. Considerando as ações com valores orçados, o valor total alcança 137,2 milhões de reais, o que corresponde a 7,8% do faturamento anual estimado. Cada PD planeja realizar em média 24 ações, mas o número efetivo varia, e a maior parte dos APLs (12) planejou mais ações.

Considerando-se todas as ações planejadas quanto ao tipo de contribuição ao desenvolvimento do APL, conforme a Tabela 7, observa-se que predominam aquelas voltadas à competitividade e à inovação, secundadas pelas ações vinculadas à governança e para divulgação e comunicação. As primeiras têm geralmente foco no aprimoramento de capacidades produtivas, enquanto os outros dois tipos são mais pertinentes às capacidades organizativas do arranjo. Destaca-se a baixa participação das ações voltadas à infraestrutura e, sobretudo, a muito baixa frequência das ações voltadas para o acesso a mercados. Aparentemente, no primeiro caso, fica sugerida uma situação em que as bases físicas para atuação dos APLs estão largamente constituídas, o que é plausível. O mesmo raciocínio não pode ser aplicado ao aspecto do acesso a mercados, pois a situação mais comum para os APLs é de uma necessidade maior ou menor de expansão dos seus mercados. É provável que se expresse aqui um déficit de capacidades mercadológicas dos APLs, predominando ações organizativas e de aprimoramento da produção. Do total de ações previstas, 32% delas estavam sob responsabilidade de agentes locais identificados pessoalmente nos planos, 30% a cargo de agentes institucionais externos aos arranjos, e 29% sob incumbência de agentes institucionais locais privados.

Os PDs almejavam em média cerca de 10 resultados definidos, embora um terço dos 27 APLs tenha foco em seis até nove resultados. Apenas quatro APLs projetaram 15 ou mais resultados. Embora cerca de 1% das ações não apresentem um prazo de início definido, constatou-se que até o final de 2015 cerca de 88% das ações já teriam iniciado. Nesse mesmo momento, o percentual médio de ações iniciadas para cada APL será de 87%, sendo que todos eles já terão iniciado 40% ou mais das ações, e 24 APLs terão iniciado 70% ou mais. Considerando o prazo de término das ações, constata-se que, ao final de 2015, 54% das ações já estariam realizadas, se o planejamento fosse cumprido. Outros 22% das ações seriam concluídas em 2016, e ainda outros 15%, em 2017. Conforme os planos, 51% dos resultados deveriam estar realizados até o final de 2015. Em 2016, outros 24% terão sido alcançados, restando 14% para 2017, 7% para 2018 e ainda 3% para os dois anos seguintes.

Tabela 7. Distribuição média das ações por eixo dos 27 APLs

RESPONSABILIDADE OU COORDENAÇÃO	PERCENTUAL
Infraestrutura e investimento	15%
Financiamento	8%
Governança e cooperação	19%
Competitividade e inovação	21%
Formação e capacitação	18%
Divulgação e comunicação	19%
Acesso a mercados	4%
Total	103%

Fonte: Cegov (2015a).

O orçamento global atinge 137,2 milhões de reais, o que representa 8,9% do faturamento global estimado para o conjunto dos APLs (que alcança 1,54 bilhão de reais). Ambos os valores devem ser considerados como estimativas pouco rigorosas. Para construção da Tabela 8, a seguir, partiu-se dos valores indicados nos PDs. Os APLs 20, 24 e 27 tinham um ou poucos valores orçados, enquanto o APL 05 não tinha nenhum valor. A tabela indica grande disparidade de valores de orçamento entre os APLs. Encontram-se desde orçamentos de grande valor até orçamentos ínfimos. O valor médio de orçamento dos PDs (excluindo-se o APL-05) é de 5,3 milhões de reais. O valor do orçamento de cada APL se desvia desse valor médio em 4,4 milhões de reais, em média.

No valor do orçamento global, 82,2% representa custeio (112,8 milhões), e 17,8% representa crédito (24,5 milhões). Somente sete APLs projetaram contar com valores de crédito, sendo um caso de pouca monta (APL-16), e três casos, com grandes valores, que representam mais da metade do orçamento para o APL (21, 14 e 17).

Tabela 8. Valores totais dos orçamentos dos Planos de Desenvolvimento dos APLs, distribuídos entre custeio e crédito (em mil R\$)

(continua)

APL	VALOR TOTAL	(%) DO APL NO TOTAL	CUSTEIO	CRÉDITO
APL 01 - Moda e Design do Pará (PARÁ)	1.300	0,95%	1.300	--
APL 02 - Bonés de Apucarana (PARANÁ)	16.810	12,25%	16.810	--
APL 03 - Artesanato do Alto Solimões (AMAZONAS)	691	0,50%	691	--

Tabela 8. Valores totais dos orçamentos dos Planos de Desenvolvimento dos APLs, distribuídos entre custeio e crédito (em mil R\$)

(continua)

APL	VALOR TOTAL	(%) DO APL NO TOTAL	CUSTEIO	CRÉDITO
APL 04 - Artesanato de Capim Dourado do Jalapão (TOCANTINS)	1.250	0,91%	1.250	--
APL 05 - Mata Norte Criativa (PERNAMBUCO)	--	--	--	--
APL 06 - Design, Audiovisual e Economia Criativa (SÃO PAULO)	1.749	1,27%	1.749	--
APL 07 - Marca Brasília (DISTRITO FEDERAL)	4.741	3,45%	4.741	--
APL 08 - Teares do Xixá (GOIÁS)	6.838	4,98%	5.688	1.150
APL 09 - Artesanato de Rondônia (RONDÔNIA)	2.255	1,64%	2.255	--
APL 10 - Cultural Caipira (SÃO PAULO)	306	0,22%	306	--
APL 11 - Gemas e Artefatos de Pedra de Teófilo Otoni (MINAS GERAIS)	9.930	7,24%	8.305	1.625
APL 12 - Festejos populares do Município de São Cristóvão (SERGIPE)	2.300	1,68%	2.300	--
APL 13 - Economia criativa Vale do Rio Cuiabá (MATO GROSSO)	6.140	4,47%	4.890	1.250
APL 14 - Festejos e Quadrilhas Juninas (CEARA)	8.010	5,84%	3.010	5.000
APL 15 - Zona da Mata (MINAS GERAIS)	16.857	12,28%	16.857	--
APL 16 - Jogos Digitais (RIO GRANDE DO SUL)	11.890	8,66%	11.840	50
APL 17 - Turismo Cultural do Maciço do Baturité (CEARA)	3.560	2,59%	1.010	2.550
APL 18 - Turismo Rota Pantanal Bonito (MATO GROSSO DO SUL)	4.600	3,35%	4.600	--
APL 19 - Turismo Lagoas e Mares do Sul Intensivos em Cultura (ALAGOAS)	2.779	2,02%	2.779	--
APL 20 - Candeal - Cultura Musical (BAHIA)	900	0,66%	900	--
APL 21 - Moda Íntima de Frecheirinha (CEARA)	19.100	13,92%	6.250	12.850
APL 22 - Confeccões e Moda Leste Fluminense (RIO DE JANEIRO)	666	0,49%	666	--
APL 23 - Confeccões e Moda Noroeste Fluminense (RIO DE JANEIRO)	297	0,22%	297	--
APL 24 - Audiovisual de Natal (RIO GRANDE DO NORTE)	217	0,16%	217	--

Tabela 8. Valores totais dos orçamentos dos Planos de Desenvolvimento dos APLs, distribuídos entre custeio e crédito (em mil R\$)

(conclusão)

APL	VALOR TOTAL	(%) DO APL NO TOTAL	CUSTEIO	CRÉDITO
APL 25 - Movimento Artístico e de Proteção Ambiental (MINAS GERAIS)	5.020	3,66%	5.020	--
APL 26 - Audiovisual de Goiânia (GOIÁS)	9.025	6,58%	9.025	--
APL 27 - Corredor Criativo Nestor Gomes (ESPIRITO SANTO)	5	0,00%	5	--
SOMA	137.234	100,00%	112.759	24.475

Fonte: Cegov (2015a).

Nota: Os valores orçados para os APLs 20, 24 e 27 são parciais; o APL 05 não apresentou orçamento.

A Tabela 9 traz a distribuição dos mesmos valores, segundo as fontes dos recursos (diversos agentes públicos e privados). Também as ações, com ou sem valores associados, foram distribuídas segundo os mesmos agentes, quando havia sua indicação como fonte do recurso ou de algum suporte para a realização da ação (indicado como “responsável pela viabilização financeira”). Destaca-se o envolvimento (presumido ou efetivo) de ministérios nas ações (148) e em seu custeio, atingindo uma contribuição de 40,6 milhões de reais, correspondendo a 29,6% do orçamento total. Apenas o Ministério da Cultura seria responsável por prover 13,2% desse orçamento, aportando recursos no montante de 18,12 milhões de reais, através de seu envolvimento em 94 ações. O valor corresponde quase exatamente ao valor pelo qual se presumia que o conjunto de agentes privados envolvidos seria responsável (ver Tabela 10). Nas ações que envolvem crédito, nenhum banco ou agência privado foi referido, cabendo a quase totalidade dos valores (24,5 milhões de reais) a bancos públicos federais. Nesse total, a participação do BNDES é majoritária, sendo citado em 25 ações e citado como fonte de financiamento para 17 milhões de reais (12,4% do orçamento global). Os dados de custeio dessa tabela estão agrupados e podem ser melhor analisados por meio da Tabela 10.

Tabela 9. Número de ações e valores orçados nos Planos de Desenvolvimento, segundo as fontes de origem dos valores de custeio e crédito

ORIGEM DO CUSTEIO			
Empreendimentos	90	R\$ 7.265.791,67	5,3%
Patrocinadores ou parceiros privados	12	R\$ 7.500.000,00	5,5%
Sindicatos ou federações empresariais	34	R\$ 1.686.933,33	1,2%
Ministérios	148	R\$ 40.634.033,33	29,6%
Ministério da Cultura	94	R\$ 18.119.500,00	13,2%
Autarquia ou agencia federal	38	R\$ 8.050.666,67	5,9%
Empresa estatal da união	3	R\$ 45.000,00	0,0%
Secretarias de município ou estado	131	R\$ 13.386.116,67	9,8%
Sebrae	101	R\$ 5.731.625,00	4,2%
Sistema S (outros)	30	R\$ 2.358.033,33	1,7%
Prefeituras	78	R\$ 12.462.000,00	9,1%
Governos estaduais	35	R\$ 8.312.000,00	6,1%
Autarquia, fundação, agencia ou empresa municipal ou estadual	30	R\$ 1.756.666,67	1,3%
Incubadora	2	R\$ 40.000,00	0,0%
Associação da sociedade civil	14	R\$ 1.303.833,33	1,0%
IES privada	12	R\$ 357.666,67	0,3%
IES pública	16	R\$ 231.000,00	0,2%
Indefinido	43	R\$ 1.517.833,33	1,1%
Não identificado	7	R\$ 120.000,00	0,1%
Soma	824	R\$ 112.759.200,00	82,2%
ORIGEM DO CRÉDITO			
Banco público federal	36	R\$ 24.425.000,00	17,8%
BNDES	25	R\$ 17.025.000,00	12,4%
Banco ou agencia de fomento estadual	5	R\$ 50.000,00	0,0%
Soma	41	R\$ 24.475.000,00	17,8%
Soma Total		R\$ 137.234.200,00	100,0%

Fonte: Cegov (2015b).

Nota: Ações podem ser contadas mais de uma vez; os valores foram divididos igualmente entre as fontes.

A Tabela 10 apresenta um dado de grande relevo: a baixa participação de agentes privados na provisão dos valores de custeio das ações e mesmo na quantidade de ações com ou sem valores associados a elas. Os agentes públicos da União destacam-se pelos valores esperados (43,2% do custeio total), enquanto outros agentes públicos destacam-se pelo envolvimento em mais da metade das ações, sendo também responsáveis por 39,3% do custeio total. Os valores de custeio esperados do MinC correspondem a 16,1% de todo custeio. Os dados indicam que, no âmbito das expectativas reveladas nos planos, há uma forte dependência de recursos públicos em geral para consecução das ações.

Tabela 10. Distribuição das ações, com e sem valores, e dos valores de custeio das ações com valor, segundo a fonte de custeio (continua)

FONTE DOS VALORES DE CUSTEIO DAS AÇÕES	NÚMERO DE AÇÕES	(%)	VALOR (EM MIL R\$)	(%)
Agentes privados	162	19,7%	18.114	16,1%
Empreendimentos do APL	90	10,9%	7.266	6,4%
Patrocinadores ou parceiros privados	12	1,5%	7.500	6,7%
Sindicatos ou federações empresariais	34	4,1%	1.687	1,5%
Associações da sociedade civil	14	1,7%	1.304	1,2%
IES privadas	12	1,5%	358	0,3%
Agentes públicos da União	189	22,9%	48.730	43,2%
Poder executivo (presidência e ministérios)	148	18,0%	40.634	36,0%
Ministério da Cultura	94	11,4%	18.120	16,1%
Autarquia ou agência federal	38	4,6%	8.051	7,1%
Empresa estatal da união	3	0,4%	45	0,0%
Outros agentes públicos	423	51,3%	44.277	39,3%
IES públicas	16	1,9%	231	0,2%
Sebrae	101	12,3%	5.732	5,1%
Sistema S (outros)	30	3,6%	2.358	2,1%
Poder executivo estadual (governos)	35	4,2%	8.312	7,4%
Autarquia, fundação, agência ou empresa municipal ou estadual	30	3,6%	1.757	1,6%
Secretarias de município ou estado	131	15,9%	13.386	11,9%

Tabela 10. Distribuição das ações, com e sem valores, e dos valores de custeio das ações com valor, segundo a fonte de custeio (conclusão)

FONTE DOS VALORES DE CUSTEIO DAS AÇÕES	NÚMERO DE AÇÕES	(%)	VALOR (EM MIL R\$)	(%)
Prefeituras	78	9,5%	12.462	11,1%
Incubadoras	2	0,2%	40	0,0%
Não especificados	50	6,1%	1.638	1,5%
Total	824	100,0%	112.759	100,0%

Fonte: Cegov (2015b).

Nota: Ações podem ser contadas mais de uma vez; os valores foram divididos igualmente entre as fontes.

ACOMPANHAMENTO PRELIMINAR DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

Nesta seção relata-se o acompanhamento da execução das ações previstas nos PDs dos 27 APLs intensivos em cultura. Tal acompanhamento foi realizado por meio de entrevistas efetuadas pela equipe da UFRGS com representantes dos APLs. Buscou-se identificar se as ações com data de término até o final de 2015 indicadas nos PDs estavam ou não sendo executadas conforme o previsto.

A partir da seleção dessas ações para cada APL, elaborou-se um roteiro de perguntas individualizado por arranjo que orientou a entrevista. Inicialmente, entrou-se em contato com os APLs via correio eletrônico propondo data e horário para entrevista. Confirmado o agendamento, as entrevistas foram feitas via telefone ou *Skype* com representantes dos APLs. Em média, duraram 40 minutos.

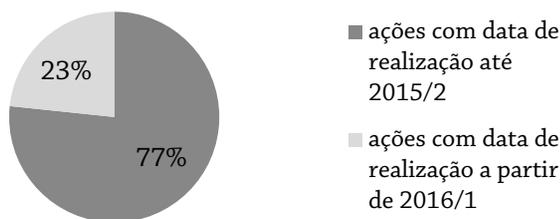
Para cada ação com previsão de término até o fim de 2015, indagou-se ao representante do APL sobre sua execução. Questionou-se se a ação havia sido realizada “plenamente”, “parcialmente”, ou mesmo se “nada havia sido feito”. Para os casos em que a ação não foi executada ou foi apenas em parte, perguntou-se sobre as razões e justificativas para tanto. Investigou-se também sobre as alterações no cronograma da ação, bem como sobre as providências tomadas com o intuito de efetivar a realização da ação. Por fim, procurou-se confirmar a obtenção dos recursos previstos para as ações (fontes e valores). Além dessas informações sobre o andamento das ações, os representantes dos APLs também tiveram espaço para relatar questões não ligadas aos Planos, mas relacionadas ao contexto atual dos arranjos.

Vale ressaltar que no caso dos dois APLs que não tinham ações previstas para o período em análise (APL 02 – Bonés de Apucarana e APL 15 – Zona da Mata), isto é, não apresentam nenhuma ação com data de término até o final do ano de 2015, outros questionamentos foram feitos. Assim, visando o acompanhamento do andamento desses Planos, indagou-se sobre sua execução estar ou não ocorrendo como o previsto; sobre os atuais principais parceiros tanto públicos quanto privados; sobre as fontes de recursos utilizadas; bem como sobre a contribuição da elaboração do Plano para o desenvolvimento do APL.

Ao todo, foram feitas 25 entrevistas. Somente com dois APLs não foi possível realizá-las. Isso porque, após várias tentativas, via telefone e e-mail, não se conseguiu contatar os representantes do APL 12 – Festejos Populares do Município de São Cristóvão e do APL 13 – Economia Criativa Vale do Rio Cuiabá.

Do total das ações previstas nos 27 Planos de Desenvolvimento dos APLs, 369 tinham previsão de serem executadas até o final de 2015. Conforme pode ser visto no Gráfico 6, esse conjunto de ações representa 57% de todas aquelas propostas pelos arranjos em seus planos. Como indicado anteriormente, foram justamente essas as ações alvo do acompanhamento realizado por meio das entrevistas.

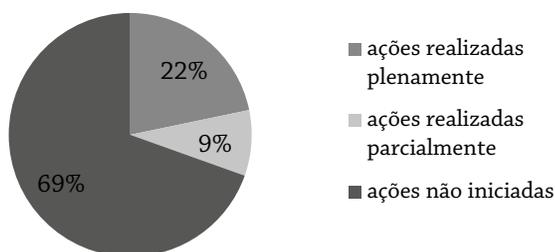
Gráfico 6. Ações com previsão de término até 2015/2 em relação ao total das ações previstas nos Planos de Desenvolvimento dos 27 APLs



Fonte: Cegov (2015a).

No Gráfico 7, apresentado a seguir, contabilizam-se as ações planejadas para até o final de 2015 previstas nos Planos dos arranjos entrevistados – ao todo 343 ações.⁴ É possível verificar que a maior parte delas não foi realizada, nem em parte. Isto é, 219 ações previstas para findar até o final do ano corrente não foram nem iniciadas; o que corresponde a 64% do total de ações planejadas com esse cronograma. Quanto às demais ações, 55 foram executadas parcialmente (16%) e 48 (14%) plenamente. Nesse Gráfico, indica-se ainda que 21 ações não receberam acompanhamento. Isso ocorreu porque os entrevistados não souberam informar sobre o seu andamento.

Gráfico 7. Execução das ações com previsão de realização até 2015/2



Fonte: Cegov (2015c).

A partir da Tabela 11 apresentada adiante, é possível obter informações mais detalhadas da execução das ações para cada um dos APLs entrevistados. Como se pode observar, quinze APLs entrevistados não realizaram 50% ou mais das ações previstas, sendo que três deles não desenvolveram nenhuma ação prevista no seu Plano para execução até o final de 2015. Apenas um APL conseguiu realizar, plenamente ou pelo menos em parte, as ações planejadas para o período. Num dos arranjos não foi possível obter informações sobre as ações; assim, 100% delas não foi acompanhada.

Com relação às razões para as ações planejadas para até o final de 2015 não terem sido executadas ou terem sido em parte realizadas, os entrevistados apontaram a falta de recursos como um importante fator de justificativa. Havia nos Planos uma projeção significativa de captação de recursos públicos junto às diferentes esferas – federal, estadual e até mesmo municipal – que não se concretizou. Raros são os arranjos que contam com recursos dos próprios empreendimentos.

(4) Cabe esclarecer que 369 são as ações com prazo de execução até o final de 2015 indicadas no conjunto dos Planos dos 27 APLs. No entanto, como dois arranjos não participaram das entrevistas, foi possível obter informações detalhadas para 343 ações, já que 26 delas são atinentes aos arranjos não entrevistados. Veja a Tabela 11.

Conforme mencionado nas entrevistas, tal dificuldade em conseguir recursos públicos está atrelada a fatores diversos, como, por exemplo, às mudanças que ocorreram nas gestões dos governos estaduais, isto é, novas equipes de governo assumiram e não deram continuidade às tratativas e planos da gestão anterior; e à expectativa criada quando da elaboração dos PDs de que especialmente o MinC aportaria recursos que acabou sendo frustrada. Também foi comentado que vários governos estaduais ou mesmo organismos enfrentam atualmente restrições em seus orçamentos, o que dificulta a disponibilização de recursos e, consequentemente, a captação.

Tabela 11. Mapa geral das entrevistas, das ações previstas para término em 2015/2 e seus resultados

(continua)

APLS	Nº TOTAL DE AÇÕES	Nº DE AÇÃO ATE 2015/2	%	INFORMAÇÃO SOBRE A REALIZAÇÃO DA AÇÃO (Nº E % SOBRE AS AÇÕES ATE 2015-2)							
				SIM, TODA		EM PARTE		NADA		SEM INFOR-MAÇÃO	
				%	%	%	%	%	%		
01 - Moda e Design - Pará	30	23	77%	5	22%	2	9%	16	70%	0	0%
02 - Bonés de apucarana	24	0	0%	não se aplica		não se aplica		não se aplica		não se aplica	
03 - Artesanato do Alto Solimões	24	20	83%	1	5%	0	0%	17	85%	2	10%
04 - Artesanato de Capim Dourado do Jalapão	35	19	54%	4	21%	1	5%	9	47%	5	26%
05 - Mata Norte Criativa	22	13	59%	0	0%	0	0%	0	0%	13	100%
06 - Design, Audiovisual e Economia Criativa	19	8	42%	2	25	1	13%	5	63%	0	0%
07 - Marca Brasília	25	4	16%	2	50%	2	50%	0	0%	0	0%
08 - Teares do Xixá	20	8	40%	1	13%	1	13%	6	75%	0	0%
09 - Artesanato de Rondônia	23	23	100%	2	9%	2	9%	19	83%	0	0%
10 - Cultura Caipira	21	12	57%	0	0%	0	0%	12	100%	0	0%
11 - Gemas e Artefatos de Pedras de Teófilo Otoni	16	5	31%	0	0%	0	0%	5	100%	0	0%
12 - festejos Populares do Município de São Cristóvão	17	17	100%	não houve entrevista							
13 - Economia Criativa Vale do Rio Cuiabá	31	9	29%	não houve entrevista							
14 - festejos e Quadrilhas Juninas	28	19	68%	0	0%	0	0%	19	100%	0	0%
15 - Zona da Mata	13	0	0%	não se aplica		não se aplica		não se aplica		não se aplica	
16 - Jogos Digitais	16	9	56%	4	44%	1	11%	4	44%	0	0%
17 - Turismo Cultural Maciço do Baturité	25	14	56%	2	14%	1	7%	11	79%	0	0%

Tabela 11. Mapa geral das entrevistas, das ações previstas para término em 2015/2 e seus resultados

(conclusão)

APLS	Nº TOTAL DE AÇÕES	Nº DE AÇÃO ATÉ 2015/2	%	INFORMAÇÃO SOBRE A REALIZAÇÃO DA AÇÃO (Nº E % SOBRE AS AÇÕES ATÉ 2015-2)							
				SIM, TODA	%	EM PARTE	%	NADA	%	SEM INFORMAÇÃO	%
18 - Turismo Rota Pantanal Bonito	21	9	43%	0	0%	3	33%	6	67%	0	0%
19 - Turismo Lagoas e Mares do sul Intensivos em Cultura	44	18	41%	1	6%	10	56%	7	39%	0	0%
20 - Candeal - Cultura Musical	25	17	68%	2	12%	7	41%	8	47%	0	0%
21 - Moda Íntima de Frecheirinha	34	20	59%	4	20%	0	0%	16	80%	0	0%
22 - Confeccões e Moda Leste Fluminense	23	20	87%	0	0%	1	5%	18	90%	1	5%
23 - Confeccões e Moda Noroeste Fluminense	22	17	77%	4	24%	1	6%	12	71%	0	0%
24 - Audiovisual de Natal	21	12	57%	1	8%	5	42%	6	50%	0	0%
25 - Movimento Artístico e Ambiental	20	20	100%	1	5%	12	60%	7	35%	0	0%
26 - Audiovisual de Goiânia	19	6	32%	1	17%	2	33%	3	50%	0	0%
27 - Corredor Criativo Nestor Gomes	35	27	77%	11	41%	3	11%	13	48%	0	0%
Indicador para o conjunto dos 27 APLs	653	369	57%	48	14%	55	16%	219	64%	21	6%

Fonte: Cegov (2015c).

Nota: Nesta tabela, assim como no Gráfico 6, os percentuais relacionados à realização das ações (se plenamente, em parte, nada, ou sem informação) foram calculados levando em conta as 343 ações dos APLs entrevistados; isto é, resultam de uma soma de ações classificadas em que o total exclui os dois APLs não entrevistados.

Também problemas relacionados à governança dos APLs foram recorrentemente relatados nas entrevistas como razão para o não cumprimento do planejado nos PDs. Tais problemas abrangem desde a não institucionalização da governança até a sua desarticulação, bem como a sobrecarga dos envolvidos na gestão do arranjo (falta de pessoal e até carência de infraestrutura); o que gera incapacidade de articulação, de execução dos planos e de prospecção de recursos.

Soma-se a essas dificuldades outra vinculada à própria elaboração dos planos de desenvolvimento. Conforme mencionado por representantes dos APLs, a metodologia adotada para a confecção dos planos implicou a necessidade de prever ações, indicar coordenadores e presumir orçamentos e fontes, mas muitas vezes os envolvidos na sua elaboração não possuíam conhecimentos suficientes para tanto. Logo, os planos não necessariamente são exequíveis como previsto.

Ainda segundo os entrevistados, a seleção em edital e a elaboração dos PDs criou expectativas junto aos arranjos. Vários representantes manifestaram que esperavam um maior acompanhamento das ações e suporte por parte do MinC. Finalmente, alguns obstáculos para execução dos planos foram transpostos, segundo os entrevistados, quando houve: manutenção do apoio do poder público, articulação com as esferas de poder e com agentes públicos e privados, as ações não envolviam custos financeiros, os próprios empreendimentos arcaram com despesas, e novos parceiros foram buscados.

Enfim, verificou-se que os PDs foram apropriados de forma distinta pelos APLs. Isto é, para alguns foi uma ferramenta que auxiliou no planejamento e orientou as ações dos arranjos; já para outros, não passou de uma formalidade a ser cumprida, mas pouco contribuiu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve o objetivo de descrever os resultados do acompanhamento e da avaliação da implementação da política de desenvolvimento territorial capitaneada pelo MinC. Tal exame foi realizado a partir do monitoramento da execução dos PDs relativos aos 27 APLs intensivos em cultura alvos da pesquisa.

Com relação às características dos arranjos examinados, pode-se destacar a grande heterogeneidade setorial, de escala e de densidade econômica dos empreendimentos respectivos. Essas características dificultam a elaboração e a execução de uma política de desenvolvimento territorial, mesmo quando apresenta pretensões modestas, como representou essa tentativa da SEC-MinC de fomentar

a governança dos APLs com a consultoria para produção de planos desenvolvimento. Quanto a esses, a pesquisa acabou revelando que, a despeito da aplicação de uma metodologia uniforme, também os planos formulados apresentaram graus muito distintos de elaboração e de realismo.

Em conclusão ao acompanhamento dos planos de desenvolvimento dos APLs, verificou-se que, dentre as ações previstas para se realizarem até o final de 2015 (o que representou 57% do total das ações), apenas 30% tinham se realizado, parcial ou totalmente, e 64% sequer haviam iniciado. Dentre as razões mencionadas para tanto, a falta de recursos foi uma das mais citadas, pois raros são os arranjos que contam com recursos dos próprios empreendimentos. A projeção significativa de captação de recursos públicos não se concretizou, em vista de mudanças nas gestões dos governos estaduais e restrições orçamentárias em organismos públicos. Somam-se a isso os problemas relacionados à governança dos APLs e à falta de estrutura material e humana para realização das tarefas. De modo geral, constatou-se uma baixa aderência dos PDs à realidade dos APLs, havendo distintos graus de aproveitamento dos mesmos e, eventualmente, a transposição dos obstáculos à sua execução. Isso porque em alguns casos a elaboração dos planos consistiu em mera produção formal de documento, enquanto em outros tornou-se um guia relevante para ações de desenvolvimento mesmo quando os prazos e os recursos não se efetivaram.

Finalmente, cabe assinalar que a política de desenvolvimento territorial voltada aos arranjos criativos ora analisada teve um impacto muito restrito dada a limitada capacidade do ministério em formular ações complementares a essa de suporte aos APLs para a elaboração de seus PDs. Entende-se que, dependendo do estágio de desenvolvimento do APL e da sua capacidade de governança, o esforço de construção do plano não teve o impacto esperado, uma vez que para muitos arranjos tal ferramenta não foi utilizada de modo estratégico e realista para a busca de recursos, de apoio e de consolidação de seus projetos. Considerando as necessidades reveladas pelos APLs, uma ação eficaz de apoio ao seu desenvolvimento precisaria contar com um suporte técnico fornecido por agentes locais de desenvolvimento, algo que estava além das pretensões e, possivelmente, das capacidades do MinC.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE O GOVERNO (CEGOV). **Relatório Técnico I**. Porto Alegre: CEGOV, 2015a.

_____. **Relatório Técnico II**. Porto Alegre: CEGOV, 2015b.

_____. **Relatório Técnico III**. Porto Alegre: CEGOV, 2015c.

ANEXO 1 – RELAÇÃO DOS APLS COM NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

- 1) Moda e Design - Pará
- 2) Bonés de Apucarana - Paraná
- 3) Artesanato do Alto Solimões - Amazonas
- 4) Artesanato de Capim Dourado do Jalapão - Tocantins
- 5) Mata Norte Criativa - Pernambuco
- 6) Design, audiovisual e economia criativa – São Paulo
- 7) Marca Brasília – Distrito Federal
- 8) Teares do Xixá - Goiás
- 9) Artesanato de Rondônia - Rondônia
- 10) Cultural Caipira – São Paulo
- 11) Gemas e Artefatos de Pedra de Teófilo Otoni – Minas Gerais
- 12) Festejos Populares do Município de São Cristovão - Sergipe
- 13) Economia Criativa Vale do Rio Cuiabá – Mato Grosso
- 14) Festejos e quadrilhas juninas - Ceará
- 15) Zona da Mata – Minas Gerais
- 16) Jogos Digitais – Rio Grande do Sul
- 17) Turismo Cultural do Maciço de Baturité - Ceará
- 18) Turismo Rota Pantanal Bonito – Mato Grosso do Sul
- 19) Turismo Lagoas e Mares do Sul Intensivo de Cultura - Alagoas
- 20) Candeal - Cultura Musical - Bahia
- 21) Moda Íntima de Frecheirinha - Ceará
- 22) Confeções e Moda Leste Fluminense – Rio de Janeiro
- 23) Confeções e Moda Noroeste Fluminense – Rio de Janeiro

- 24) Audiovisual de Natal – Rio Grande do Norte
- 25) Movimento Artístico e de Proteção Ambiental – Minas Gerais
- 26) Audiovisual de Goiânia - Goiás
- 27) Corredor Criativo Nestor Gomes – Espírito Santo

ANEXO 2 – CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE AMADURECIMENTO DOS APLS

- 1) **Projetado:** quando não há um núcleo de agentes locais organizados, mas existe um planejamento que pretende fazer o APL surgir, com base em ações realizadas por agentes públicos; essa situação não implica a inexistência formal do APL nem descarta ações anteriores que visaram, sem êxito, constituir esse núcleo organizado de agentes locais.
- 2) **Embrionário:** quando existe um núcleo mínimo de agentes locais envolvidos (mesmo secundariamente) com a governança, o qual se pretende ampliar e organizar como APL, a partir das ações do PD.
- 3) **Estabelecido:** quando o APL já tem reconhecimento formal, é reconhecido como tal pela comunidade e agentes públicos, contando significativamente com recursos organizacionais e econômicos dos próprios agentes locais (empreendimentos), mesmo que sem prescindir de outras fontes de recursos e auxílios.
- 4) **Consolidado:** quando um APL já estabelecido possui uma trajetória estável de operação ao longo de vários anos, sendo capaz de realizar seus objetivos apenas com recursos dos próprios empreendedores locais; nesse caso, os auxílios públicos não são imprescindíveis para o êxito operacional.